

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, dezembro de 2010, número 36. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

III PNRA: a reforma agrária como desenvolvimento territorial

ARTIGO DO MÊS

Limites e perspectivas da produção de agrocombustíveis no Brasil

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

XIX Encontro Nacional dos Estudantes de Geografia - ENEG

Vitória – Espírito Santo, 6 a 12 de fevereiro de 2011

XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina - EGAL

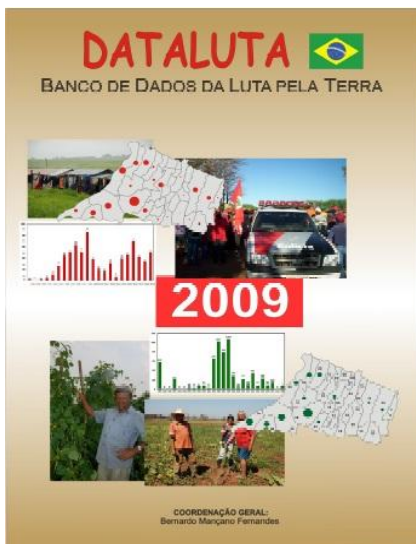
San José – Costa Rica, 25 a 29 de julho de 2011

V Simpósio Internacional de Geografia Agrária,

VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária.

Belém – Pará, 7 a 11 de novembro de 2011

PUBLICAÇÃO



Relatório DATALUTA Pontal - 2009.

Autor: Rede DATALUTA - Coord. Bernardo Mançano Fernandes.

Segundo relatório regional da série de relatórios do DATALUTA, o presente trabalho traz os resultados das pesquisas em escala local, de modo a contribuir com leituras diferenciadas da questão agrária. Apresenta dados detalhados da luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema - Estado de São Paulo, desde 1988. Traz informações representadas em tabelas, quadros, gráficos e mapas da espacialização da luta pela terra sobre os movimentos socioterritoriais e as ocupações. Com este procedimento o relatório evidencia a territorialização dos movimentos e suas lutas na criação de assentamentos, impactando a estrutura fundiária.

APOIO



Elaborado por Rubens dos Santos Romão Souza e Danilo Valentin Pereira. Pesquisadores do NERA – Bolsistas Ciência na UNESP.
Coordenação: Francilane Eulália de Souza

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em www.fct.unesp.br/nera

III PNRA: A REFORMA AGRÁRIA COMO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Bernardo Mançano Fernandes
bernardo@pesquisador.cnpq.br
Coordenador do NERA

Nas eleições presidenciais, a reforma agrária foi superficialmente debatida. Os partidos não apresentaram propostas ou projetos de reforma agrária como uma política de desenvolvimento territorial. A reforma agrária foi tratada como um problema em si e os principais candidatos limitaram-se a disputar a responsabilidade sobre o problema, perdendo uma excelente oportunidade de serem propositivos. A tônica foi se a reforma agrária fora realizada ou não e, portanto, se os diferentes tipos de assentamentos são ou não reforma agrária.

Esta polêmica sobre a reforma agrária e sua definição conceitual não é nova. Ela é resultado do debate iniciado em meados da década de 1980 com a introdução da regularização fundiária como política de obtenção de terras e incluídas como assentamentos de reforma agrária. O conceito clássico contém como política majoritária de obtenção a desapropriação e a compra como condição secundária, de modo que a regularização é um estorvo.

Desde o Estatuto da Terra (1964), o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (1985) e o Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (2003) esta política tem-se se realizado parcialmente e se mantido na pauta dos governos, graças às ações dos movimentos camponeses. Nenhum governo teve interesse de fazer a reforma agrária. Esta política sempre foi uma proposição do campesinato. Por esta razão a reforma agrária é uma vigília e a cada novo governo ela é reivindicada e avança alguns passos.

A reforma agrária tornou-se ao mesmo tempo uma política continuamente inacabada e parte importante do modelo de desenvolvimento da agricultura camponesa, que inclui diferentes tipos de agricultores familiares. Foi da luta pela terra e da reforma agrária que nasceram a maioria das políticas de desenvolvimento para a agricultura camponesa ou agricultura familiar. Políticas de crédito agrícola, educação, moradia, saúde, infraestrutura socioterritorial etc., nasceram da luta pela reforma agrária. O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA - nasceu da luta pela reforma agrária. A regularização fundiária também foi uma política que se intensificou com a luta pela reforma agrária.

O conceito desafia a política inacabada e a realidade desafia o conceito que tem dificuldade para interpretar as políticas realizadas.

No Simpósio Internacional de Geografia Agrária, realizado na Universidade Federal Fluminense, em novembro de 2009 debatemos a questão conceitual e defendi que as diferentes políticas de assentamentos e os planos nacionais de reforma agrária haviam criado uma diversidade de políticas públicas que não cabiam mais no conceito clássico de reforma agrária. O alvoroço na plenária levou a manifestações diferenciadas, desde posturas ortodoxas de defendem a manutenção do conceito às posturas que defendem repensar o conceito. É fundamental lembrar que cada estudioso pode ampliar ou reduzir o conteúdo dos conceitos, incorporando ou evitando elementos e componentes de acordo com a coerência e a intencionalidade política de seu paradigma.

Desde essas diferentes posturas, temos diferentes conceitos de reforma agrária. No NERA e na REDE DATALUTA há diferentes compreensões a respeito do conceito de reforma agrária e das políticas de reforma agrária. Essas diferenças alimentam o debate e nos desafia a propor novas questões e interpretações. Em artigo do Boletim DATALUTA, número 31 de julho de 2010, apresentei a proposta de reconceitualização da reforma agrária incluindo novos componentes, entre eles, a regularização fundiária.

A reforma agrária é uma política inacabada e é uma dívida dos governos de 1985 a 2010, que deverá ser assumida pela presidente Dilma Rousseff. Do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária somente 6% foi executado. Foram assentadas 84.852 famílias das 1,4 milhão de famílias previstas no plano (FERNANDES, 1996). O segundo Plano Nacional de Reforma Agrária – IIPNRA teve duas versões. Uma que ficou apenas como proposta elaborada pela equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, que tinha como objetivo assentar um milhão de famílias em terras arrecadadas através de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária; arrecadação de terras devolutas; destinação de terras públicas já incorporadas no patrimônio da União; terras confiscáveis; permuta de terras; compra e venda (PROPOSTA, 2003). A outra versão, elaborada pela equipe do ministro Miguel Rosseto, tinha como objetivo assentar quatrocentas mil novas famílias, regularizar as terras de quinhentas mil famílias e beneficiar cento e cinquenta mil famílias com crédito fundiário (IIPNRA).

Entre 2003 e 2009, o governo Lula assentou 228.335 novas famílias e regularizou as posses de 129.440 famílias. Entre 2003 a 2008, atendeu 58.240 famílias com a política de Crédito fundiário, deixando um passivo de mais da metade do Plano. Os resultados parciais dos diferentes componentes da reforma agrária reafirmam a dívida deixada pelo governo Lula.

Em um governo de continuidade, este passivo deveria ser assumido na realização do Terceiro Plano Nacional de Reforma Agrária - IIPNRA, pois a reforma agrária tornou-se uma política ampla de desenvolvimento territorial e sua história é a principal referência para continuar e transpor obstáculos políticos. Os fracassos do primeiro e do segundo PNRA devem ser analisados, para que sejam retiradas lições que permitam avançar na construção **de um projeto de desenvolvimento territorial da agricultura camponesa para o Brasil**. Entre essas lições não se pode esquecer que desenvolvimento não se faz sem conflitualidades (Fernandes, 2008); (Girardi e Fernandes, 2009). A disputa de modelos de desenvolvimento entre a AGRICULTURA e o AGRONEGÓCIO pode ser vista com diferentes matizes. Vemos diferenças fundamentais na qualidade da comida saudável e no gosto da comida industrializada, na agroecologia e do agrotóxico, na diversidade de culturas e na monocultura; no campo do campesinato, gente com produção; no campo do agronegócio, produção sem gente.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério do Desenvolvimento Agrário representam esta conflitualidade que ficou explícita com a divulgação do Censo Agropecuário de 2006. A produção que antes aparecia como totalidade do agronegócio foi questionada com a demonstração da importante participação da agricultura camponesa. Este fato fez com que o agronegócio fizesse o impossível para desmentir o Censo, que acabou reforçando o inevitável: a concentração da terra e da renda da produção nas mãos do agronegócio.

Entre as várias lições que poderíamos listar neste artigo está a análise dos dados produzidos pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural e o Censo Agropecuário. As discrepâncias entre ambos não se limitam aos diferentes conceitos e metodologias. Existe muita terra que não está cumprindo sua função social e que Disponível em www.fct.unesp.br/nera

pode ser utilizada para o desenvolvimento do país, por meio da reforma agrária como política de desenvolvimento territorial.

A unificação das políticas públicas para os diferentes produtores familiares é essencial para contribuir com a qualificação das unidades de produção familiares e comunitárias, unindo assentados, quilombolas, agricultores familiares, indígenas etc. E entre os grandes desafios está a expansão de políticas de compra e de fortalecimento de mercados a partir da economia solidária.

A reforma agrária é parte do desenvolvimento territorial sustentável, já não é mais uma política à parte.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Conflitualidade e desenvolvimento territorial*. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v.1, p. 173-224.

GIRARDI, Eduardo Paulon., FERNANDES, Bernado Mançano. *Geografia da conflitualidade no campo brasileiro*. In: Lutas camponesas contemporâneas: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, v.2, p. 339-366.

PROPOSTA de Plano Nacional De Reforma Agrária. Brasília, 2003.

II PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília: MDA, 2003.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho. *Estudo das políticas de obtenção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2009*. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2010.